

## Fechamento e abertura

A Revista Brasileira de Criminalística (RBC) encerra o ano de 2024 com gás para retomar um grandioso 2025 com muitas novidades. A busca por aprimoramento é incessante e deve ser um objeto a ser buscado com energia inesgotável. Nesse sentido, conseguimos encerrar o ano com uma grande publicação de 11 trabalhos. Tal edição nada modesta foi fruto de empenho de vários pesquisadores que atuam com a divulgação de seus trabalhos de forma exemplar e dedicada, submetendo destemidamente à avaliação dos nossos revisores que atuam para aprimorar os trabalhos já de excelência. Somado todos esses fatores e os trabalhos publicados nessa edição, fechamos o ano com quatro edições e um total de 57 artigos publicados, contemplando todas as áreas de abrangência da Revista. Com destaque para as seções de Criminalística Geral, Balística Forense, Identificação Humana e Laboratório Forense que foram as com maior quantidade de publicações. Adicionalmente, em novembro tivemos a honra de publicar uma edição extra com os Anais do I Congresso da Polícia Científica do Goiás.

Mais uma vez, nesta nova edição, reafirmamos nosso compromisso em proporcionar um espaço de divulgação científica que valorize a interdisciplinaridade e a inovação na perícia criminal. A quantidade variável de temas abordados nesta edição demonstra a contribuição multidisciplinar que a criminalística demanda. São trabalhos de meio ambiente, criminalística geral, entomologia forense, identificação humana, medicina legal e uma ótima resenha de trabalho da própria RBC. Esses trabalhos apresentam e promovem discussões que integram ciência e prática, colaborando para o aperfeiçoamento das técnicas periciais e para a contínua busca pela justiça e pela verdade. Nós expressamos nossa gratidão a todos que participaram na elaboração desta edição e aos leitores que nos acompanham. Vocês nos inspiram a prosseguir com dedicação na missão de promover o conhecimento científico na área da criminalística.

Nesta edição, a seção de Crimes Contra o Meio Ambiente conta com o artigo intitulado Análise espaço temporal dos Termos de Ajustamento de Conduta do Estado do Rio Grande do Sul na tutela do meio ambiente que teve como objetivo mapear os temas ambientais tratados nos TACs, identificando o cumprimento das ações acordadas e as situações em que esses termos não foram cumpridos, no período de janeiro de 2011 a dezembro de 2020. O trabalho apresentou uma revisão bibliográfica muito completa sobre os temas ambientais mais relevantes, na metodologia foi utilizado um estudo documental da base de dados disponibilizados pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul, qualitativos e quantitativos. Nos resultados observou-se que a atuação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul concentrou-se principalmente no assunto Meio Ambiente, representando 67,97% (8.350 termos) dos termos de ajustamento de conduta tomados ao longo de 10 anos. Na discussão dos resultados de cada tema foi abordado individualmente de forma proporcional as quantidades mais frequentes: flora (42%), outras hipóteses (35%), fauna (7%), poluição sonora (5%), poluição hídrica (4%), e resíduos sólidos urbanos (4%). Por fim, os autores sugerem a necessidade de ampliar a conscientização pública e implementar ações educativas, especialmente nas regiões onde os TACs não foram cumpridos e é fundamental fortalecer a articulação entre as diferentes esferas governamentais e aprimorar a integração dos instrumentos de proteção ambiental, de modo a garantir que as metas ambientais vinculadas.

Já a seção de Criminalística Geral, por sua vez, nos brinda com três trabalhos. No artigo intitulado Revisão por pares como ferramenta para o controle de qualidade dos laudos periciais oficiais: importância da consolidação no Brasil e proposta de um procedimento, procurou avaliar de maneira direta o uso da metodologia nos centros de perícia no país. Apesar de não ser unânime o uso, existem diversas boas práticas e sugestões valiosas que podem ser implementadas, sem sobrecarregar os peritos na ativa. Os autores apontam que a revisão por pares pode ser prospectiva ou retrospectiva, sempre objetivando uma melhora continuada nos laudos entregues à sociedade em defesa de seus direitos. Ainda nessa seção, temos o trabalho de título Uso do solo para fins forenses: rastreamento de veículo suspeito, no qual foram avaliados quase 70 parâmetros físico, químicos e mineralógicos para traçar um rastreamento de veículos utilizados durante uma

fuga. Os autores demonstraram que dois veículos possuíam maior correlação e possivelmente circularam em uma região em comum, já o terceiro veículo possuía características menos homogêneas quando comparado aos demais. Assim, os autores demonstraram que o uso de solo pode ser uma valiosa ferramenta para a elucidação de casos e a delimitação da origem ou circulação veicular. Por fim, o trabalho Perfil epidemiológico de vítimas fatais de afogamentos ocorridos no Rio Grande do Sul, entre os anos de 2012 a 2021, nos fornece uma leitura interessante sobre as mortes por afogamentos no Rio Grande do Sul buscando traçar o perfil epidemiológico para os óbitos ocorridos o que demonstra a importância do tema. Foi feita uma avaliação transversal, descritiva e exploratória, de abordagem quantitativa dos casos fatais de afogamento, tendo como base dados secundários do Instituto Geral de Perícias do Estado do Rio Grande do Sul (IGP-RS) apresentando dados muito relevantes. Os resultados foram bem analisados e trouxeram para a discussão uma perspectiva importante onde poderá servir como base para direcionar, de forma mais eficaz, programas e ações de políticas públicas específicas para prevenção de óbitos por afogamento, demonstrando a importância do assunto.

A seção de Entomologia Forense desta edição destaca dois estudos inovadores que ampliam o escopo de aplicação dessa ciência no contexto forense brasileiro. O primeiro artigo, intitulado “Análise da utilização da entomologia forense pelo Núcleo de Criminalística de João Pessoa: o que os insetos estão nos dizendo?”, explora a utilização de vestígios entomológicos em casos de morte violenta ou suspeita no Núcleo de Criminalística de João Pessoa. A análise de 40 laudos emitidos entre 2016 e 2018 revelou a presença de 10 espécies de Diptera e uma de Coleoptera, utilizadas para estimativa do intervalo pós-morte (IPM). O estudo não apenas evidencia o papel crucial de espécies como *Chrysomya albiceps*, *Chrysomya megacephala* e *Peckia chrysostoma*, mas também registra pela primeira vez no Brasil a aplicação de *Hydrotaea aenescens*, *Lucilia cuprina* e *P. chrysostoma* na estimativa de IPM, destacando o avanço técnico e científico na prática pericial. No segundo artigo, “Entomologia Forense e Medicina Veterinária Legal: o primeiro estudo multidisciplinar de caso de miíase em cão doméstico pela Polícia Científica de Santa Catarina”, somos apresentados ao pioneirismo da Polícia Científica de Santa Catarina na integração de duas divisões técnicas, a Divisão de Entomologia Forense (DENT) e a Divisão de Medicina Veterinária Legal (DMVT). Este estudo detalha a análise de um caso de miíase em um cão doméstico, em que larvas da espécie *Cochliomyia hominivorax*, a mosca-da-bicheira, foram identificadas. A investigação permitiu estimar o tempo mínimo de infestação em cinco dias, período em que o animal não recebeu o tratamento necessário, resultando em sua morte. Este trabalho ressalta a importância da abordagem multidisciplinar e a expansão do uso da entomologia forense para além do campo humano, contribuindo para o fortalecimento da perícia criminal no Brasil. Ambos os estudos evidenciam o potencial da entomologia forense em diferentes contextos investigativos e refletem os avanços das práticas científicas no país.

A seção de Identificação Humana, por sua vez, conta com três artigos. O primeiro, intitulado “Perspectivas sobre a análise e importância de amostras de DNA de toque para a elucidação de crimes”, traz um levantamento bibliográfico de estudos que destacam a utilização da técnica de DNA de toque a partir de impressões digitais para a resolução de crimes, com foco em suas vantagens e nos desafios de sua aplicação. A técnica possui alta capacidade de discriminação, no entanto, o perfilamento de DNA depende de diversos fatores para ser realizado de forma satisfatória, evitando prejuízos à análise forense. O trabalho evidencia a necessidade de aprimoramento das técnicas de coleta, extração e amplificação do DNA, bem como da utilização de ferramentas de análise de dados para a obtenção dos perfis.

O segundo artigo, com o título de Radiologia forense e antropologia: a união de duas modalidades essenciais nas investigações médicas legais, aborda a integração entre antropologia e radiologia forense, destacando sua relevância para investigações criminais e identificação de restos mortais. A introdução contextualiza essas áreas como interdisciplinares e dinâmicas, detalhando o desenvolvimento histórico da antropologia forense nos EUA e a radiologia após a descoberta dos raios X. Os métodos incluem análises osteológicas e técnicas radiológicas como tomografia computadorizada e ressonância magnética. Na seção de resultados, observa-se que essa combinação auxilia na identificação de vítimas desconhecidas, análise de traumas e causas de morte. A discussão enfatiza desafios éticos, como a privacidade, além de avanços tecnológicos, como reconstrução facial 3D e antropologia virtual, que aumentam a precisão. Conclui-se que a colaboração entre especialistas é essencial para melhorar práticas forenses, destacando a importância da pesquisa contínua para resolver lacunas existentes e promover justiça.

Por fim, o terceiro artigo desta seção, intitulado “Avaliação dos Indicadores de Performance na Análise de Eficácia dos Bancos de Perfis Genéticos do Brasil”, analisa a funcionalidade do Banco Nacional de Perfis Genéticos (BNPG), avaliando quatro indicadores de desempenho com base nas informações fornecidas semestralmente pelos relatórios da Rede Integrada de Perfis Genéticos (RIBPG) entre 2017 e 2023. Os indicadores analisados são: taxa de coincidência, índice de retorno, taxa de coincidência entre vestígios e taxa de representatividade criminal. Os resultados desses indicadores são comparados, no estudo, com métricas internacionais, ressaltando a importância de expandir as políticas

de coleta de amostras de referência para aumentar a resolução de crimes com base nas informações disponíveis no banco de perfis.

Componente único da seção de Medicina Legal, o trabalho de título Covid-19 e o Risco de Morte Súbita de Origem Cardíaca: Evidências Brasileiras de 2011 a 2022 analisa o perfil epidemiológico de morte súbita de origem cardíaca quanto às causas mais prevalentes no Brasil, ponderando a influência da pandemia de COVID -19 sobre os resultados, abrangendo tanto o período pré e a Pandemia COVID. Os dados demonstraram que a morte súbita de origem cardíaca ocorre com frequência no âmbito domiciliar, afetando majoritariamente a população masculina com idade entre 60 e 70 anos e, nos anos de pandemia de COVID-19, ocorreu um aumento substancial das mortes, inclusive apresentando-se de maneira mais precoce.

Encerrando esta edição com uma Resenha Crítica de um trabalho da própria Revista Brasileira de Criminalística: Perfil da violência sexual contra mulheres no Distrito Federal, na qual foi identificada a importância do estudo para o debate sobre a violência sexual. O estudo é fundamental, pois fornece dados que contribuem para a construção de políticas públicas no Distrito Federal eficientes, trazendo informações detalhadas do perfil regional e possibilitando traçar planos locais.

Agradecemos a todos os autores, revisores, editores e colaboradores que tornaram possível, direta ou indiretamente, a publicação de mais um número repleto de contribuições valiosas. Continuamos a convidar toda a comunidade científica e os profissionais de perícia a submeterem seus trabalhos e acompanhando nossas publicações, para que possamos, juntos, continuar evoluindo ainda mais o campo da ciência forense e impulsionar o avanço das técnicas e metodologias que sustentam a busca pela verdade e pela justiça.

Que esta edição de fim de ano esteja a altura de um grande fechamento de ciclo em 2024. Por fim, desejamos que 2025 seja um ano tão frutífero ou mais do que os anos que já passaram para que possamos juntos continuar desenvolvendo a ciência forense nacional de maneira científica e tecnológica.

Desejamos uma excelente leitura!!!

*Corpo Editorial da RBC*

Maria Eduarda Azambuja Amaral (PPGCCRIM/PUCRS e INCT Forense)

Caio Henrique Pinke Rodrigues (FFCLRP/USP e INCT Forense)

Lívia Salviano Mariotto (FFCLRP/USP e INCT Forense)

Antonio Guaraná Mendes (ICRIM - Timon/MA)

Juliano de Andrade Gomes (IC/PCDF)

Rafael Rodrigues Cunha (IC-SPTC/SP)